



Debatedores apontam dificuldades para tratamento do autismo.

O deputado Fábio Trad defendeu a criação de uma força-tarefa para votar os projetos em tramitação na Câmara sobre o assunto

Médicos e cuidadores de pessoas com transtorno do espectro autista listaram, em audiência pública na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nesta quarta-feira (10), as dificuldades enfrentadas no diagnóstico e no tratamento da doença.

O transtorno do espectro autista é caracterizado por diferenças no desenvolvimento neurológico, por dificuldades de interação social, interesses restritos e comportamentos repetitivos. O diagnóstico precoce e terapias adequadas podem reduzir os sintomas, garantindo um melhor desenvolvimento e integração das crianças.

"Precisamos de centros integrados, de clínicas-escolas, de apoio aos cuidadores", disse o psiquiatra e professor da Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul José Carlos Rosa Pires de Souza, acrescentando ainda a necessidade de formação especializada para os profissionais.

"Não existe saúde sem formação profissional. Não existe educação adequada, especializada para o autista, sem formação específica, especializada", reforçou a coordenadora estadual do Movimento Orgulho Autista Brasil no Mato Grosso do Sul, Carolina Spínola Alves Correa.

Lei

O deputado Fábio Trad (PSD-MS), que pediu o debate, lembra que já existe uma lei ([12.764/12](#)) que garante o atendimento aos autistas, mas reconhece que muitas das garantias não se concretizaram. "Precisamos efetivá-la, para isso precisamos dar condições jurídicas para isso", afirma Trad ressaltando que há muitos projetos de lei sobre o assunto em tramitação na Casa.

"Nós precisamos agora criar uma força-tarefa junto aos líderes para pautarmos esses projetos, votarmos a sua urgência, o seu mérito", planeja Trad.

Uma das dificuldades para se estabelecer políticas públicas para os autista, segundo o vereador Fritz, de Campo Grande (MS), é a falta de dados oficiais. Segundo Fritz, existem apenas estimativas. Ele defende a existência de um cadastro único para definir qual a quantidade de pessoas que estão dentro do espectro moderado ou severo, por exemplo.

Um dos projetos (PL [6575/16](#)), já aprovado pela Câmara, prevê justamente a inclusão de dados sobre o autismo no próximo censo populacional.

No início do mês, a Câmara também aprovou outros dois projetos que beneficiam as pessoas com autismo. Um deles (PL [1354/19](#)) determina prioridade na tramitação de processos judiciais e administrativos que envolvam quem tem transtorno do espectro autista. O outro (PL [1712/19](#)) modifica pontos da lei que instituiu a política nacional de proteção aos direitos dos autistas e encarrega a União de coordenar essa política.

ÍNTEGRA DA PROPOSTA:

- [PL-6575/2016](#)
- [PL-1354/2019](#)
- [PL-1712/2019](#)

Fonte: ' [Agência Câmara Notícias](#) '